

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DOS CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL - PAULIPREV

Aos 05 dias do mês de outubro de 2020 às 18 horas e 0 minutos, excepcionalmente por meio de videoconferência devido a pandemia de COVID 19, reuniram-se os membros do Conselho Administrativo, nomeados através do decreto nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antônia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva, Fabio Ceconello e os membros do Conselho Fiscal Ligian Regina Kalvon, Nívia Carla da Fonseca, Márcia Regina Ambrozini Lopes Silva, Ademir Pereira, Reginaldo Aparecido Naves, além do Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, André Breda, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia - PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<http://bit.ly/pauliprev>) -YOUTUBE e no site do Instituto, pauliprev.sp.gov.br, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada a ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Pautas do dia:

- 1- Aprovação da Ata da reunião ordinária realizada em 21/09/2020;
- 2- Apresentação do Relatório Trimestral, pelo Conselho Fiscal;
- 3- Deliberação sobre realização de pregão para contratação de empresa especializada em digitalização de documentos, conforme documentos enviados previamente;
- 4- Deliberação sobre realização de pregão para a locação de software de hospedagem de documentos digitalizados (GED - Gestão Eletrônica de Documentos), conforme documentos enviados previamente;
- 5- Deliberação sobre nova contratação do Software de Gestão de Investimentos - Quantum, conforme documentos enviados previamente.
- 6- Assuntos Diversos

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

Iniciando o **item 01**. Sandra coloca em aprovação a ata da última reunião do conselho administrativo que já havia sido enviada previamente para apreciação e possíveis correções dos conselheiros por via e-mail e whatsapp. Todos os conselheiros deliberaram e aprovaram sem nenhuma ressalva.

No **item 2**. Apresentação do Relatório Trimestral, pelo Conselho Fiscal.

A presidente do Conselho Fiscal apresenta todas as partes do relatório trimestral referente aos meses de abril, maio e junho do exercício 2020. Inicia abordando sobre as Receitas do Instituto, informa que repasses e aportes foram depositados de acordo com as contas previamente definidas, sobre os recursos do COMPREV informa que foram repassados para a conta de investimentos na Caixa Econômica e ressalta que neste trimestre não houve aprovação de processos, desta forma, o valor no relatório se repete por se tratar de estoque de parcelas anteriores. Neste trimestre também ocorreu o pagamento das vias 57, 58 e 59 do antigo parcelamento que se encerrou em junho e foram aplicados no Santander. A tabela com a descrição de todos os valores foi apresentada e está disponível para consulta e conferência no relatório.

Em relação as despesas, destaca-se um aumento considerado no mês de abril relacionado ao pagamento de aposentadorias, justificado pelo pagamento retroativo do PCCV e ajuste mensal no pagamento dos servidores que tinham o direito, também a partir deste mesmo mês, a despesa com o auxílio doenças passou a ser custeada pelo ente, lembrando que o custo mensal era uma média de 700 mil a 800 mil reais ao mês, e que no passado ultrapassava 1 milhão de reais, a partir de julho, portanto, no próximo relatório o conselho passará apresentar os valores que a prefeitura já está fazendo de devolução referente a este auxílio do ano de 2019. Algumas variações foram observadas: a contabilização do pagamento do Jeton, a presidente explica que as vezes a reunião ocorre depois que a folha de pagamento está fechada, e que além disso, alguns meses durante a pandemia foi realizada apenas uma reunião. Posto isso, foi apresentado o quadro com a descrição de valores da folha de pagamento e número de aposentados com a observação de aumento referente ao mês de abril quando foi pago a parcela do 13º salário, número e valores pagos para pensionistas, que não houve muita variação no trimestre, valores referente ao conselho e o custo administrativo que é referente aos valores pagos em aluguel, computadores, impressoras, contabilidade, locação de veículo, folha de pagamento, Jeton e funcionário ativo.

A presidente Ligian apresentou também uma tabela que facilita a visualização dos das receitas, despesas e o saldo final do trimestre que pode ser direcionado para investimentos da carteira do Instituto. Esta tabela e a descrição de todos os valores estão anexo no relatório.

Sobre a terceira parte do documento financeiro, foram apresentados os valores da carteira nos três meses e feito a ressalva sobre o mês de março quando houve alteração importante relacionado ao início da pandemia Covid-19. A presidente

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

apresentou a descrição dos fundos com altas e baixas ocorridas no período, a partir do mês de abril houve uma melhora da carteira, seguido de uma baixa em maio, e um início de melhora em junho novamente, destaque para o fundo Itaú Momento que teve uma valorização de 11,28%. A maior parte da carteira está em títulos públicos onde os gestores são Caixa Federal (18,26%) e Tesouro Nacional (17,39%). Sobre o fundo Ático Florestal no mês de abril ocorreu uma reversão do PDD (Provisão de Devedores Duvidosos) no valor aproximado de R\$ 756 mil, a presidente explanou sobre o histórico deste fundo que em 2014 foi aplicado R\$ 6 milhões, negativamente em abril ocorreu outro PDD no valor aproximado de R\$12,7 milhões e R\$ 2,4 milhões em junho do Fundo Ático Geração de Energia. Sobre o Fundo TMJ foi recuperado R\$ 1.478.605,07 em maio, o que representa 5,9% do valor aplicado em 2016 de R\$ 25 milhões. Até junho o Instituto tinha recuperado R\$ 42.375.546,22 dos fundos considerados ilíquidos. A presidente apresentou a descrição de todos os valores com suas alterações em formato de tabela, que se encontra também no relatório anexo.

Sobre o Parecer Técnico:

- 1- CRP: Encontra-se ativo, renovado recentemente, com validade até 03/2021, embora esteja por via judicial, as maiores pendências foram resolvidas.
- 2- Dívida Previdenciária: O valor apurado foi de R\$ 72.183.609,55 referente aos anos de 2015 e 2016. Obteve-se a promulgação da lei 3764/2020 e depois ocorreu a assinatura do termo de acordo em 11/08/2020 que definiu prazo e outras diretrizes para resolução desta pendência.
- 3- Receitas X Despesas: Neste trimestre avaliado o Instituto foi superavitário no valor de R\$ 4.821.534,73
- 4- Falta de regularização das leis: O conselho salienta que embora o Instituto esteja adotando todas as medidas para evitar glosas, é interessante adequar as leis municipais que disciplinam a base previdenciária.
- 5- Carteira de Investimentos: Neste período apurado foram observados os Fundos tiveram baixas importantes no período da pandemia e que começaram a se recuperar, no entanto, o que o mercado financeiro e os PDD que o Instituto sofreu a meta atuarial prevista ainda não foi alcançada.

A presidente do conselho fiscal informou que para este relatório, todos os conselheiros fiscais dariam seu voto durante a reunião e adiantou que todos aprovaram, porém, alguns apresentaram ressalvas.

A presidente Ligian aprovou com ressalva, pois aguarda alteração e resolução das leis 17, 18 e a questão do abono, ressaltou que desde o ano 2013 não havia aprovação por unanimidade no conselho por conta das aplicações realizadas de maneira irregular e irresponsável que acarretaram alocação de aproximadamente R\$ 400 milhões em fundos ilíquidos, dos quais ainda hoje refletem em PDDs milionários e que com muito empenho do comitê de investimentos tem buscado e conseguido resgatar uma parte desses valores para o Instituto, a questão a construção da sede do Pauliprev, o valor gasto com a planta arquitetônica, o período de perseguição por ela vivenciado, no entanto, observa que por conta das pessoas

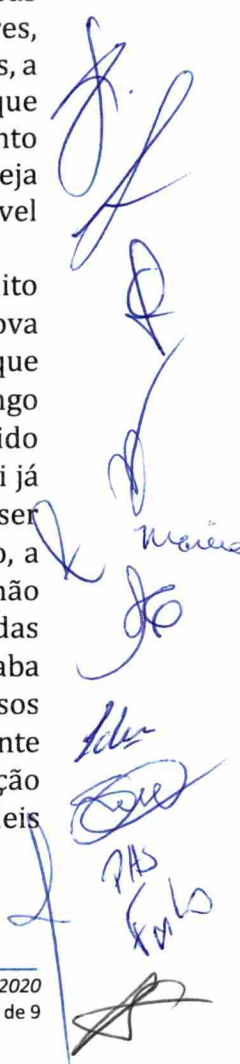
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

com boa intenção que hoje estão no instituto, as situações vem sendo resolvidas e espera que continue caminhando desta forma. Ligian ainda reforçou que todos devem lembrar o que vivenciamos no passado e pediu para que todos tenham muita consciência nesta época de eleição porque aplicação em um Fundo é feita em pouco tempo e depois sofremos com isto, além das promessas de leis que não são possíveis de cumprir no futuro, por fim, aconselha que as pessoas revejam reuniões, atas para que comprovem que o trabalho que está sendo feito atualmente no Instituto é o melhor que tivemos até o presente momento.

O conselheiro Reginaldo reforça sua aprovação e comenta o histórico do Instituto, considera que se todos os valores que foram investidos tivessem sido aplicados em Fundos bons, mesmo com toda crise mundial provocada pela pandemia, o Instituto teria alcançado a meta atuarial, sobre a questão do CRP, avalia que embora ainda esteja judicializado, há um empenho por parte do André e toda equipe para efetivar o CRP definitivo e não mais o atual provisório, por fim, ressalta seu voto favorável e sem ressalva.

A conselheira Márcia vota favorável com ressalva, comenta sobre a responsabilidade, o grau de comprometimento e o trabalho de excelência do comitê de investimentos vem desenvolvendo e que tem conseguido resgatar valores para carteira do Instituto. O motivo do voto com ressalva é a questão das leis que precisam ser reformuladas, não é possível deixar de citar sobre as verbas transitórias da base previdenciária que tem acarretado prejuízo para os servidores, leis estas criadas de forma irresponsável e mal formulada por gestores anteriores, a lei de migração que precisa ser encaminhado a proposta intermediária, o abono que deve ser incorporado com a formulação de lei e com o devido desconto previdenciário. A conselheira finaliza seu voto declarando que embora não seja responsabilidade do Instituto as situações citadas, não é possível votar favorável sem ressalva.

A conselheira Nívia ratifica tudo que os conselheiros pontuaram e aprova muito ideia de cada um expressar seu voto e poder externar suas considerações. Aprova com ressalva justificando a questão da necessidade da reformulação das leis, que embora seja uma necessidade antiga e que tenha ocorrido várias discussões ao longo dos anos, ainda não se concretizou, trata-se de um assunto que precisa ser resolvido e que causa bastante incomodo. Atualmente esse assunto da reformulação da lei já foi levada ao gabinete do Prefeito e este tema é a próxima prioridade a ser trabalhada, o executivo neste ano abriu as portas e ajudou bastante o Instituto, a exemplo da regularização da dívida e a celebração do termo de convênio, mas não termina aí, a reformulação das leis complementares 17 e 18 precisam ser realizadas porque são de extrema importância para o servidor e para a prefeitura que acaba pagando a mais ou menos para a previdência. Dentro da secretaria de recursos humanos bastante discutido a questão das glosas e a equipe fica bastante preocupada, além disso, a conselheira comentou sobre o aumento da contribuição para 14% que foi bastante expressivo nos salários, por fim, acredita que estas leis



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page, including the name 'Nárcia' and other illegible marks.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

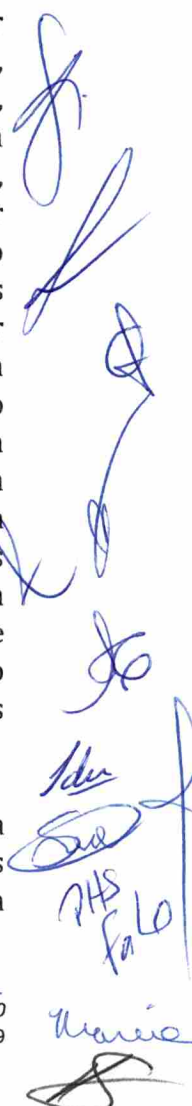
podem ser reformuladas para o início do próximo ano. O voto é favorável com ressalva devido à necessidade de reformulações das leis 17 e 18.

O conselheiro Ademir aprova e parabeniza todo o pessoal do comitê de investimento e demais profissionais do Pauliprev. O conselheiro comenta que trabalha como guarda municipal no Instituto e observa o empenho da equipe. Aprova sem nenhuma ressalva por entender que as questões das leis são de responsabilidade da Prefeitura e da Câmara e não do Instituto, portanto, o Pauliprev não deve ser penalizado.

A presidente do conselho administrativo Sandra ratifica tudo que foi apresentado pelo conselho fiscal e parabeniza todos os trabalhadores do Instituto que estão ligados diretamente e indiretamente as questões de investimentos, o trabalho de todos faz a diferença e corrobora para o sucesso nas ações que o Instituto tem alcançado.

A conselheira Nara comenta sobre as pontuações feitas pelo conselho fiscal a respeito da necessidade de reformulação das leis complementares 17 e 18 e sugere que seja comentado sobre a necessidade de lei específica para o abono. A presidente do conselho fiscal explica que não há incidência previdenciária sobre o abono e atualmente quando o servidor aposenta com paridade ele carrega essa verba. A conselheira Nívia alerta e aborda sobre a portaria 233/2019 publicada em abril do ano anterior que trará impacto para a folha de pagamento das prefeituras a partir do exercício 2021, pois a atividade fim passará a computar como despesa de pessoal, ou seja, a nota fiscal de empresa terceirizada, como é o caso da Cismetro em Paulínia, passará a compor o índice de folha de pagamento, além disso, as fases do PCCV ainda não terminou de ser implantada e também trará impacto para folha de pagamento, diante disso, a incorporação do abono, embora seja da vontade de todos pode ser um risco para prefeitura, uma vez que sua incorporação para o salário traz consigo outros reflexos que elevam o custeio. A conselheira Márcia comenta que entende os problemas relacionados a folha de pagamento, mas que a questão do abono deve ser resolvida, os problemas enfrentados pela prefeitura devem ser equacionados para que esse valor seja computado dentro do salário com a devida contribuição previdência para garantir esse valor na aposentadoria. O conselheiro Idu comenta sobre a avaliação de prioridades do executivo, a questão da Cismetro vem por uma necessidade de implantação da lei, porém, o PCCV deve ser melhor avaliado, uma vez que beneficia somente uma parcela dos servidores e o abono beneficia a todos os trabalhadores, reforça também a importância de ter consciência no voto na eleição que se aproxima para garantir que o Instituto continue caminhando bem e não se perca tudo que foi construído até o momento. A presidente Sandra e o conselheiro Fábio comentam sobre a terceirização, a empresa Cismetro, os reflexos na folha de pagamento e para o RPPS.

No **item 3**. Deliberação sobre realização de pregão para contratação de empresa especializada em digitalização de documentos, conforme documentos enviados previamente; A presidente Sandra informa que toda documentação foi enviada com



Handwritten signatures in blue ink, including names like 'Idu', 'Sandra', 'Fábio', and 'Márcia'.

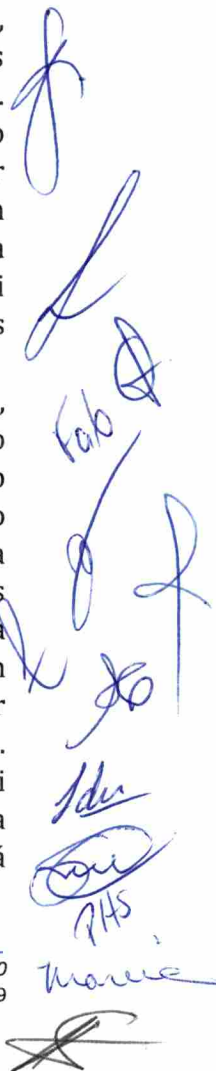
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

antecedência para avaliação do conselho e solicita que o presidente do Instituto esclareça sobre o assunto.

O presidente André primeiramente agradece a participação do conselho fiscal e também a aprovação por unanimidade do relatório trimestral, reitera que todas as ressalvas apresentadas têm sido trabalhadas pelo executivo do Pauliprev junto ao gabinete, mas que trata-se de assuntos complexos e que no momento estamos em período eleitoral, além disso, o Instituto ainda responde outras demandas do Ministério Público, Tribunal de Contas em relação a outras questões ligadas da municipalidade que causam travas para agilizar a resolução, somado ao período de pandemia, o ano atípico, queda de receita, imposição das emendas constitucionais, em especial a reforma da previdência, ainda assim, administração atual do Pauliprev teve sucesso na resolução de várias demandas.

Sobre a pauta, o presidente André esclarece que historicamente há uma demanda de digitalização de documentos do Instituto porque há um estoque de processos de todas as áreas desde sua criação em 2001, como de aposentadorias concedidas desde 2003, processos de busca e apreensão tanto da polícia federal quanto do Ministério Público que extraiu documentos da Instituição sem que tivéssemos um controle específico e cópia, além disso, há preocupação de não se ter um backup dos documentos físicos que estão sujeitos a intempéries. Outras demandas como os processos do ministério publico que tem se tornado digital e a cobrança do fornecimento de cópia de documentos, conforme disposto no decreto municipal, para servidores que já são contribuintes do Pauliprev também foram considerados neste estudo de levantamento das necessidades para digitalização dos documentos. Considerando a necessidade certificação digital e lei de transparência, o Instituto não poderia simplesmente digitalizar e fornecer o documento, é necessário ter autenticidade porque se trata de documento com fé pública, ou seja, não é um processo simples. É necessário ter uma Gestão eletrônica de documentos. Em relação aos orçamentos, o presidente abordou sobre o quadro resumo que foi enviado para facilitar o entendimento dos conselheiros e esclareceu mais detalhes sobre o processo.

A presidente Sandra analisa que os itens 03 e 04 de pauta estão diretamente ligados, pois um trata-se de liberação para digitalização dos documentos e o armazenamento destes na nuvem (Internet), desta forma, propõe que o conselho faça a deliberação em conjunto dos dois itens. O presidente do Instituto esclarece que os assuntos estão conectados, mas que foram colocados em pautas diferentes para não restringir a possibilidade de participação das empresas no pregão, considerando que algumas fazem somente a digitalização e outras fazem somente o armazenamento, e que esta restrição poderia demandar um custo maior para o Pauliprev. O conselheiro Edson comenta sobre a divergência de valores e que a empresa de menor valor apresentado, caso participe do pregão, deve manter sua proposta enviada até o final. O presidente André concorda com o conselheiro e informa que esta situação foi alertada para comissão de licitações que conversou com a empresa, avalia-se que a empresa esperava uma contratação direta, agora, indo para o pregão de fato ela terá



Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like Fabiano, Edson, and others.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

que manter a proposta enviada. A presidente do conselho administrativo abre para que o conselho administrativo delibere a respeito dos itens 03 e 04. Todos os conselheiros deliberaram e aprovaram, sem ressalvas.

No **item 4**. Deliberação sobre realização de pregão para a locação de software de hospedagem de documentos digitalizados (GED - Gestão Eletrônica de Documentos), conforme documentos enviados previamente.

Esta pauta foi esclarecida e deliberada em conjunto com item 03.

Todos os conselheiros deliberaram e aprovaram os itens 03 e 04, sem ressalvas.

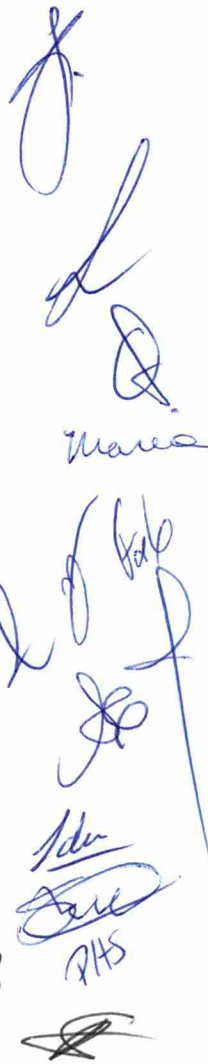
No **item 5**. Deliberação sobre nova contratação do Software de Gestão de Investimentos - Quantum, conforme documentos enviados previamente. O presidente André esclarece que o Instituto já trabalha com este programa e desde sua contratação ocorreram dois aditamentos. Este sistema fornece uma série de informações mercadológicas que balizam o comitê de investimentos para as análises que tem sido realizadas, muitos relatórios enviados para os conselhos tem como base de consulta este sistema. A necessidade de nova contratação e não um novo aditamento emerge da mudança que vem sendo realizada na maneira de como tratar alguns processos no instituto, há um incomodo em prorrogar um contrato feito em processo de dispensa de licitação. Há duas linhas de entendimento no Ministério Público em que uma entende que é possível prorrogar e outra entende que não. Considerando a interpretação desta gestão executiva do Instituto e analisando este contrato, foi optado por fazer uma nova contratação, desta vez, no formato de contratação por inexigibilidade de licitação e não mais por dispensa, desta forma, se necessário for no futuro prorrogar o contrato por mais três vezes, não teremos nenhum tipo de apontamento pelo Ministério Público. A presidente do conselho administrativo Sandra abre para que o conselho administrativo faça a deliberação. Todos os conselheiros deliberaram e votaram a favor, sem ressalvas.

No **item 6** Assuntos Diversos

O conselheiro Edson agradece ao conselho fiscal por ter apresentado assuntos tão pertinentes para reunião, afirma que ia levar alguns questionamentos ao presidente André no dia seguinte, porém, todos foram abordados e explicados na reunião.

A conselheira Nara comentou sobre as eleições para vaga do conselho administrativo afirmando que tudo foi bem divulgado, embora alguns servidores tenham referido que não tinham ciência do processo.

A conselheira fiscal Nívia comenta que deu tudo certo com o primeiro ofício protocolado pelo presidente André referente ao convênio dos servidores, alguns ajustes já foram feitos com a Paula do financeiro, no momento o valor encontra-se empenhado e seguirá a data do 5º dia útil, o período descrito no documento, tem início na data da assinatura do convênio até determinada data de setembro, o processo todo foi alinhado com a própria conselheira Nívia, o conselheiro Paulo que



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

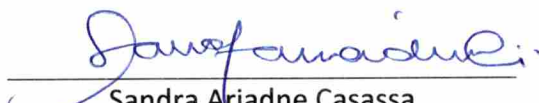
trabalha no DIMOP e com o presidente André, enfim, está tudo ajustado com todos setores envolvidos.

A presidente Sandra comunica oficialmente o resultado das eleições, Eliete foi eleita como conselheira representante dos servidores inativos com uma votação expressiva, no momento aguardamos a nomeação dela no semanário para depois dar posse e voltar a participar das reuniões, é um prazer tê-la de volta, sendo um ganho ter uma pessoa tão participativa e guerreira no conselho. O conselheiro Reginaldo, presidente da comissão eleitoral, comenta sobre as eleições, os prazos que foram colocados, cumpridos e agradece a participação de todos os envolvidos para o sucesso obtido em todo o processo. A conselheira Márcia comenta sobre a divulgação que foi realizada de forma adequada. O presidente André agradece o conselheiro Reginaldo pelo empenho, assim como a conselheira Nívia, representante da prefeitura, o Fabiano, funcionário do Instituto, Mariela, representante do Instituto e do Erivaldo, funcionário de tecnologia de informação do Instituto que trabalhou com afinco no processo, ainda abordou sobre a ampliação da responsabilidade e função dos conselheiros que aumentou junto com a diretoria executiva. Por fim, esclarece que embora o processo tenha sido feito de maneira virtual com apenas uma candidata, todo o rito eleitoral foi rigorosamente cumprido, está sendo respeitado todos os prazos para dar os devidos encaminhamentos e ressalta que todo o processo não gerou custo para o Instituto.

A presidente do conselho administrativo encerra a reunião agradecendo a participação de todos e recomenda que aqueles que puderem, fiquem em casa.

Término as 19h48.


Paulínia, 05 de outubro de 2020



Sandra Ariadne Casassa
Presidente Conselho Administrativo



Edson Tomaz
Conselheiro Administrativo



Fabio Cecconelo
Conselheiro Administrativo



Idu Ribeiro
Conselheiro Administrativo

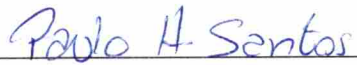


Nara Moretti
Conselheira Administrativa



Erick Santos Paiva
Conselheiro Administrativo

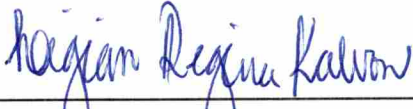
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA



Paulo Henrique dos Santos
Conselheiro Administrativo



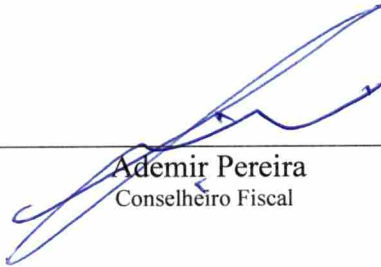
Antônia Sirlene Lima
Conselheira Administrativa



Ligian Regina Kalvon
Presidente do Conselho Fiscal



Reginaldo Aparecido Naves
Conselheiro Fiscal



Ademir Pereira
Conselheiro Fiscal



Nivia Carla da Fonseca
Conselheira Fiscal

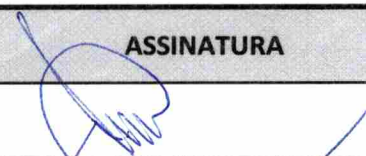


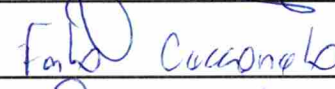
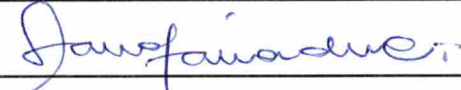
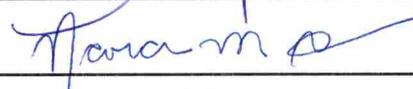

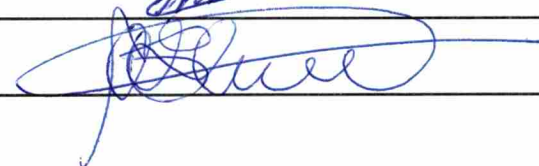


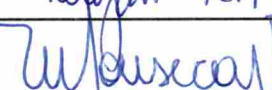


Márcia Regina Ambrozini Lopes Silva
Conselheira Fiscal

**LISTA DE PRESENÇA DOS CONSELHOS
ADMINISTRATIVO E FISCAL**

05 de outubro de 2020 - 18 horas - REUNIÃO POR TELECONFERÊNCIA

Reunião Ordinária Conjunta

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	EDSON TOMAZ	
2	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS	
3	ERICK SANTOS PAIVA	
4	FÁBIO CECONELLO	
5	SANDRA ARIADNE CASASSA	
6	NARA MARTINS MORETTI	
7	IDU BALBINO RIBEIRO	
8	ANTONIA SIRLENE LIMA	
9	CARGO EM VACÂNCIA	
SEQ	NOME	ASSINATURA
1	ADEMIR PEREIRA	
2	REGINALDO APARECIDO NAVES	
3	LIGIAN REGINA KALVON	
4	NÍVIA CARLA DA FONSECA	
5	MARCIA REGINA AMBROZINI LOPES SILVA	